



## REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 15, n. 1, Jan./Jun., 2023

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 05.10.2021. Revisado por pares em: 24.02.2022. Reformulado em: 05.08.2022. Avaliado pelo sistema double-blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2023v15n1ID26836

**Fatores que influenciam o nível de divulgação dos ativos intangíveis das empresas listadas no IBrX-50**

**Factors that influence the level of disclosure of intangible assets of companies listed on IBrX-50**

**Factores que influyen en el nivel de divulgación de los activos intangibles de las empresas cotizadas en IBrX-50**

### **Autores**

#### **Aldir Dias de Amurim**

Mestrando em Controladoria pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).  
Endereço: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos - CEP: 52171-900 - Recife/PE – Brasil. Telefone: (88) 99413-2785. Identificadores (ID):  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2776-680X>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9747345070913858>  
E-mail: [profaldirdias@gmail.com](mailto:profaldirdias@gmail.com)

#### **Carla Renata Silva Leitão**

Doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).  
Professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) - Programa de Pós-graduação em Controladoria. Endereço: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos - CEP: 52171-900 - Recife/PE – Brasil. Telefone: (81) 99920-4272. Identificadores (ID):  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5175-8901>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0115553423642278>  
Research Gate: [https://www.researchgate.net/profile/Carla\\_Leitao2](https://www.researchgate.net/profile/Carla_Leitao2)  
UFRPE: <http://www.ppgc.ufrpe.br/?q=pt-br/docentes/carla-renata-silva-leitao>  
E-mail: [carlaleitao\\_ufrpe@yahoo.com.br](mailto:carlaleitao_ufrpe@yahoo.com.br)

#### **José Jonas Alves Correia**

Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).  
Professor Assistente na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Endereço: Av. São Sebastião, 2819 - Nossa Sra. de Fátima – CEP: 64202-020 – Parnaíba/PI, Brasil. Telefone: (81) 98692-4495. Identificadores (ID):  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4552-7263>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2582627606928274>  
Research Gate: <https://www.researchgate.net/profile/Jose-Correia-7>  
E-mail: [profjonasalves@gmail.com](mailto:profjonasalves@gmail.com)

(Artigo apresentado no Congresso de Ciências Contábeis e Atuariais da Paraíba - 2021)

### Resumo

**Objetivo:** O objetivo do artigo é identificar fatores financeiros e de governança que podem influenciar o nível de divulgação dos ativos intangíveis das empresas listadas no IBrX-50.

**Metodologia:** O estudo é descritivo, documental e quantitativo, com amostra composta por 40 empresas listadas no mercado de capitais brasileiro, totalizando 200 observações. A análise pautou-se nas demonstrações financeiras e notas explicativas divulgadas pelas empresas. Para analisar os dados utilizou-se a regressão linear múltipla, com o *software* SPSS versão 25, relacionando os fatores tamanho, auditoria *big four*, rentabilidade, endividamento, nível de governança corporativa e internacionalidade com o índice de divulgação dos ativos intangíveis.

**Resultados:** Os resultados apontam que dos fatores analisados apenas as variáveis referentes ao tamanho e auditoria *big four* possuem uma relação significativa com o índice de divulgação dos ativos intangíveis.

**Contribuições do Estudo:** O estudo contribui por apresentar resultados marginais sobre evidências do *disclosure* contábil no mercado de capitais brasileiro, e assim colaborar com a literatura da evidenciação, dando clareza e respaldo a utilidade da informação contábil. No campo prático, contribui para melhor percepção dos usuários acerca das informações contidas nas demonstrações contábeis.

**Palavras-chave:** *Disclosure* Contábil; Ativos Intangíveis; Mercado de Capitais.

### Abstract

**Purpose:** The article aims to identify financial and governance factors that can influence the level of disclosure of intangible assets of companies listed on the IBrX-50.

**Methodology:** The study is descriptive, documentary and quantitative, with a sample of 40 companies listed on the Brazilian capital market, totaling 200 observations. The analysis was initially based on the financial statements and explanatory notes released by the companies. To analyze the data, we used multiple linear regression, with SPSS software version 25, relating the factor size, big four audit, profitability, indebtedness, level of corporate governance and internationality with the disclosure index of intangible assets.

**Results:** The results show that from the analyzed factors, only the variables related to size and big four auditing have a significant relationship with the disclosure index of intangible assets.

**Contributions of the Study:** The study contributes by presenting marginal results on evidence of accounting disclosure in the Brazilian capital market, and thus collaborating with the disclosure literature, providing clarity and support for the usefulness of accounting information. In the practical field, it contributes to a better perception of users about the information contained in the financial statements.

**Keywords:** Accounting Disclosure; Intangible Assets; Capital market.

## Resumen

**Objetivo:** El objetivo del artículo es identificar los factores financieros y de gobierno que pueden influir en el nivel de divulgación de los activos intangibles de las empresas que cotizan en el IBrX-50.

**Metodología:** El estudio es descriptivo, documental y cuantitativo, con una muestra de 40 empresas que cotizan en el mercado de capitales brasileño con un total de 200 observaciones. El análisis se basó en los estados financieros y notas explicativas emitidas por las empresas. Para analizar los datos, utilizamos regresión lineal múltiple, con el software SPSS versión 25, relacionando el tamaño de los factores, la auditoría de los cuatro grandes, la rentabilidad, el endeudamiento, el nivel de gobierno corporativo y la internacionalidad con el índice de divulgación de activos intangibles.

**Resultados:** Los resultados muestran que, a partir de los factores analizados, solo las variables relacionadas con el tamaño y las cuatro grandes auditorías tienen una relación significativa con el índice de divulgación de los activos intangibles.

**Contribuciones del Estudio:** El estudio contribuye presentando resultados marginales sobre evidencia de divulgación contable en el mercado de capitales brasileño, y así colaborando con la literatura de divulgación, proporcionando claridad y soporte para la utilidad de la información contable. En el ámbito práctico, contribuye a una mejor percepción de los usuarios sobre la información contenida en los estados financieros.

**Palabras clave:** Divulgación Contable; Activos Intangibles; Mercado de Capitales.

## 1 Introdução

A dinâmica da economia que decorre de organizações competitivas requer que as empresas se mantenham em conformidade com as exigências do mercado e apresentem fatores importantes, pertinentes e que sejam interessantes aos investidores. Nesse sentido, o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis são de fato primordiais para criação de valor de uma empresa, que devido à necessidade de tratamento contabilístico no processo de produção da informação contábil, torna a etapa da divulgação essencial quando reportada a nível global. Assim, deve-se reconhecer as exigências relacionadas a uma boa prática de divulgação por parte dos *stakeholders* (Avelino, Pinheiro, & Lamounier, 2012).

Para Moura, Fank e Varela (2012), os ativos intangíveis foram enfatizados, principalmente na geração de valor, a partir do momento em que o aumento do patrimônio das entidades estava associado a esse tipo de ativo. Os autores supracitados ainda enfatizam que os ativos intangíveis estavam diretamente relacionados à sustentação de vantagens competitivas, sobretudo os *disclosures* de suas informações para as partes interessadas, e que essas divulgações podem ser feitas por meio das demonstrações financeiras.

Um problema relacionado à maioria dos ativos intangíveis é a sua difícil identificação; e chegar a uma definição que abranja seus benefícios econômicos futuros, em muito dos casos, comparados com os ativos tangíveis, se tornam mais incertos. Desse modo, muitas entidades podem estar associadas às dificuldades reportadas, podendo assim não estar reconhecendo seus

ativos intangíveis, o que pode afetar a confiabilidade das demonstrações financeiras, e consequentemente o nível de suas divulgações (Medeiros & Quinteiro, 2005).

Levando em consideração o aumento da importância dos ativos intangíveis para a economia mundial e visando o aumento do poder informativo das demonstrações financeiras, surge a necessidade de imposição normativa no que se refere à divulgação de ativos intangíveis. Visando a convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais, foi aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) (2010), com base na *International Accounting Standard* (IAS) de número 38, o qual estabeleceu critérios de contabilização para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis (Chiarello, Marassi, & Klann, 2015). Todas as alterações contribuíram diretamente para melhorar a divulgação de informações, tornando-se viável para os usuários da contabilidade entender melhor os investimentos realizados em ativos intangíveis, como também transmitir mais confiança para as partes interessadas, tornando-se essencial a divulgação de ativos intangíveis (Moura *et al.*, 2012).

Kang e Gray (2011) enfatizam que alguns fatores podem influenciar o nível de *disclosure* de ativos intangíveis. Esses autores destacam fatores relacionados ao tamanho da empresa, concentração de propriedade, tempo em que a organização está no mercado, alavancagem, adoção das IFRS, segmento da empresa no mercado, preço da ação, reconhecimento, além dos riscos econômicos, legais e regulatórios aos quais as entidades estão expostas. Já Klann, Popik, Kreuzberg e (2014) identificaram que fatores como nível de governança corporativa, percentual de ações ordinárias e setor econômico das empresas influenciam no nível de divulgação de ativos intangíveis das empresas listadas no índice de governança corporativa.

Em pesquisa realizada no setor financeiro da BM&FBovespa, Chiarello *et al.* (2015) testaram a influência de fatores financeiros como retorno sobre ativos, retorno sobre o patrimônio líquido, a porcentagem de ativos intangíveis no balanço patrimonial, o tamanho da empresa, empresas auditadas por *big four* e empresas que pertencem a diferentes níveis de governança e que passaram por combinação de negócios. No entanto, apenas o tamanho da empresa teve relação significativa com a divulgação de ativos intangíveis. Vale ressaltar que Kang e Gray (2011), Klann *et al.* (2014) e Chiarello *et al.* (2015) estudaram fatores que influenciam o *disclosure* de ativos intangíveis, porém, os estudos estavam voltados para segmentos específicos.

Nesse contexto, tem-se como questão de pesquisa: **quais fatores financeiros e de governança podem influenciar o nível de divulgação dos ativos intangíveis das empresas listadas no Índice Brasil 50 (IBrX-50)?** Nesta ótica, o estudo tem como objetivo identificar fatores financeiros e de governança que podem influenciar o nível de divulgação dos ativos intangíveis das empresas listadas no IBrX-50.

No contexto em que as organizações estão cada vez mais expandindo seus negócios e consequentemente se tornando mais visíveis no mercado, se torna necessário o *disclosure* das informações contábeis, objetivando evitar distorções nas análises das demonstrações financeiras. Desta forma, este trabalho justifica-se pela relevância em verificar se as empresas listadas no IBrX-50 estão divulgando as informações dos ativos intangíveis, tendo em vista o aumento desse subgrupo no patrimônio das empresas. A escolha do grupo de empresas abarcadas pelo IBrX-50 se deu visando alcance das empresas com maiores volumes de negócios, que pela sinalização do mercado pode ser de grande interesse para os *stakeholders*.

Também é relevante verificar se as divulgações estão associadas aos fatores financeiros e de governança, pois uma determinada empresa pode ter maior nível de divulgação por possuírem esses fatores de forma positiva. Alguns estudos já foram realizados, principalmente

com a aprovação do CPC 04 (R1) em 2010, e a maioria identificou relação de alguns fatores com os níveis de divulgação.

Dessa forma, o estudo contribui academicamente por apresentar resultados sobre evidências do *disclosure* contábil no mercado de capitais brasileiro, e assim colaborar com a literatura da evidenciação, dando clareza e respaldo a utilidade da informação contábil. No campo prático, contribui para melhor percepção dos usuários acerca das informações contidas nas demonstrações contábeis.

Em termos estruturais, o artigo está dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução, apresentando problema, objetivo, justificativa e contribuições. A segunda seção traz o referencial teórico usado para sustentar o estudo sobre os ativos intangíveis: teoria de base, aspectos conceituais, formulação das hipóteses e estudos anteriores correlatos. A terceira seção exibe os aspectos metodológicos utilizados na consecução do estudo, cujos resultados são apresentados e discutidos na quarta seção. A quinta seção apresenta as considerações finais.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Teoria da Divulgação

A teoria da divulgação é baseada em evidências empíricas e também em modelos que vieram da teoria econômica para explicar e mostrar a realidade, formando-se assim uma área de estudo da contabilidade mais precisamente a partir do final do século XX. Essa teoria tem como principal objetivo explicar a importância e a necessidade da divulgação das informações financeiras (Rover, Tomazzia, Murcia, & Borba, 2012).

Conforme Faria e Pereira (2009), somente com adequada divulgação, os *stakeholders* estarão instrumentalizados para análise, acompanhamento e comparação da conduta socioambiental responsável (ou irresponsável) da empresa. Assim, deve haver uma preocupação de se ampliar a visão frente às informações que são divulgadas.

Verrecchia (2001) enfatiza em seus trabalhos que a teoria da divulgação está relacionada diretamente com a taxonomia da divulgação baseada na associação, divulgação baseada em julgamento e divulgação baseada na eficiência. Nesse sentido, Rover *et al.* (2012, p. 220) tentam compreender a divulgação relacionando as empresas ou administradores que evidenciam as informações aos que recebem, como por exemplo, investidores ou mercado financeiro, e que “a discricionariedade da divulgação pode ser explicada a partir da assimetria de informação da seleção adversa, na oferta de um ativo por um ofertante que possui informação completa sobre ele e um comprador que não a possui”.

Dye (2001) enfatiza que a divulgação obrigatória na literatura existente não está suficientemente amadurecida para receber o *status* de teoria. Quando se analisa a evidenciação voluntária, o autor afirma que essa questão pode ser estudada como um apêndice da teoria dos jogos, onde a empresa fará ou não divulgação na proporção em que este seja favorável ou não à entidade.

Ademais, Salotti e Yamamoto (2005) afirmam que na teoria da divulgação as empresas possuem obrigatoriedades relacionadas às divulgações financeiras, pois as mesmas seguem padrões e são auditadas. Em outra vertente, as entidades têm informações importantes quando se trata de avaliar o valor da empresa, mas que não são obrigatórias de divulgação. Desse modo, as empresas devem optar em divulgar ou não essas informações. No entanto, se existem custos relacionados à divulgação, e um dos principais objetivos dos administradores ou gestores é maximizar o valor de mercado da entidade, existe um ponto de equilíbrio; pois a informação

que favorece o valor de mercado da empresa é divulgada e em contrapartida, a informação que reduz seu valor não é divulgada.

## 2.2 Ativo Intangível: Aspectos Conceituais

Iniciando com uma descrição histórica, Perez e Famá (2006) compreendem que ativo é um recurso físico ou não e que a entidade esteja sob o controle, podendo ser utilizado na produção de produtos ou na prestação de serviços aos clientes, gerando benefícios econômico futuros e os custos são apresentados de acordo com os valores monetários incorridos para aquisição ou desenvolvimento. Neste sentido, ao entender que um ativo pode ser tanto um recurso físico ou não, os autores identificam um ativo em tangível e intangível.

Conforme o CPC 00 (R2) (2019), ativo é um recurso econômico presente onde a entidade é responsável pelo seu controle e no qual advém de resultados já ocorridos no passado. Para Souza, Fagundes, Monteiro, Rengel, & Constante (2020), os ativos são aplicados em conjunto para acrescentar valor a um negócio.

O ativo tangível são os bens ou direitos que podem ser identificados, palpáveis e contabilmente separados. Já o intangível é um ativo não monetário identificável e não palpável, ou seja, que não possui substância física. Pode-se citar como exemplo: marcas, fidelidade de clientes, direitos autorais e patentes (CPC 04 (R1), 2010).

Kayo (2002, p. 14) propõe uma definição para ativos intangíveis, ao expressar que representam “um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, interagindo com seus ativos tangíveis (ativo fixo e capital de giro), contribui para a formação do valor das empresas”. Para Mazzioni, Domenico e Bedin (2014), o ativo intangível é aquele que não se pode ver, tocar, pegar, ou seja, que não tem existência física e apresenta maior grau de subjetividade em sua avaliação, mas que, como outros ativos, são capazes de produzir benefícios futuros à empresa.

Ativos intangíveis são bens ou direitos que não possuem materialidade corpórea, adquiridos com a finalidade de gerar benefícios econômicos futuros, sejam através de trocas ou ainda em processamento interno e que seja controlado pela entidade (Upton, 2001).

É necessário ressaltar que nem tudo que a empresa considera como incorpóreo pode ser definido como ativo intangível, uma vez que precisam atender uma diversificação de características para se enquadrar na definição de ativo intangível, como por exemplo, ser controlado pela entidade e gerar benefícios futuros (Lopes *et al.*, 2014).

A literatura deixa evidente que o termo ativo intangível está relacionado diretamente como sinônimo de recursos intangíveis, e também como capitais e ativos intelectuais e invisíveis, conforme pode ser verificado nos estudos de Antunes (2004), Kaufmann e Schneider (2004), Alipour (2005) e Cabrita e Bontis (2008).

Partindo dos conceitos e definições apresentadas, relacionado ao ponto de vista teórico e normativo os ativos intangíveis recebem algumas classificações. Para Moura, Fank e Varela (2012), os ativos intangíveis podem ser classificados em ativo de mercado, ativo humano e ativo de infraestrutura. Sendo assim, os autores esclarecem que ativos de mercado podem ser compreendidos como a marca da empresa e lealdade dos clientes, enquanto ativos humanos estão associados à criatividade e habilidades, vistos de forma coletiva. Já o ativo de infraestrutura é formado por tecnologias à disposição, sistemas de informação e métodos de gerenciamento.

As Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) abordam o conteúdo de ativo intangível através do Pronunciamento IAS 38, onde foi emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), no qual é um órgão independente e que é voltado para os estudos de

padrões contábeis (Klann *et al.*, 2014). Segundo Cunha *et al.* (2011), a adoção as Normas Internacionais de Contabilidade, onde adotou o subgrupo do ativo intangível no balanço patrimonial, resultou em uma melhor análise dos investidores estrangeiros nas demonstrações de empresas brasileiras. Ainda de acordo com Cunha *et al.* (2011), um ativo intangível só poderá ser reconhecido se tiver as mesmas características válidas para todos os ativos. No entanto, para o IASB, esse reconhecimento tem que estar atrelado diretamente a sua definição que, de acordo com as IFRS, um ativo intangível é identificável e não possui substância física, sendo utilizado para produzir bens ou prestar serviços.

Segundo o CPC 04 (R1) (2010, p. 8), um ativo intangível deve ser reconhecido quando “for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade” e “o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade”. A norma ainda estabelece que a entidade precisa analisar a probabilidade e seu julgamento relacionado a geração de benefícios econômicos futuros, de acordo com as evidências apresentadas no reconhecimento inicial.

Tomando como base a identificação do ativo intangível, Cunha *et al.* (2011) compreende que a sua mensuração pode ser feita tanto pelo método de custo como por reavaliação. Segundo o IAS 38, os ativos devem ser mensurados pelo seu custo, o qual compreende tanto o valor de compra quanto os impostos pagos na transação e as despesas necessárias para deixar o ativo funcionando, são aqueles intangíveis adquiridos separadamente. Já o ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio será mensurado com base em seu valor justo na data de aquisição.

Diante disso, o CPC 04 (R1) (2010) apresenta que a contabilização de um ativo intangível tem como base a sua vida útil. Assim, um ativo intangível que tem vida útil definida deve ser amortizado, e se o ativo intangível tiver vida útil indefinida não deve ser amortizado. Existem vários fatores que podem ser considerados para apurar a vida útil de um ativo intangível, por exemplo, a estabilidade do setor em que o ativo opera e as mudanças na demanda de mercado.

Nessa ótica, o valor amortizável referente a um ativo intangível que tem vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao decorrer de sua vida útil estimada, e deve ter início no momento em que o intangível estiver pronto para uso. Já no caso dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, a entidade deve testar sua perda de valor fazendo a comparação do valor recuperável com o valor contábil, no qual deve acontecer anualmente e toda vez que existir indícios que o ativo intangível possa ter perdido valor (CPC 04 (R1), 2010). O CPC ainda apresenta procedimentos a respeito da baixa de um ativo intangível, no qual ocorrerá quando houver sua alienação ou quando não mais são esperados benefícios econômicos futuros.

Complementarmente, nota-se que os ativos intangíveis têm o seu grau de importância para as entidades devido ao seu valor empresarial, e também se torna evidente que os mesmos são cobertos de complexidade, no que se trata das dificuldades de reconhecimento, mensuração, estimação de vida útil e até mesmo a concretização dos benefícios econômicos futuros (Chiarello *et al.*, 2015).

### **2.3 Disclosure de Ativos Intangíveis**

Para entendimento do termo *disclosure* reporta-se ao termo da língua inglesa, no qual é tratado como sinônimo dos termos evidenciação e divulgação. Segundo Goulart (2003), o *disclosure* pode ser compreendido como sendo o oposto de fechamento, pois significa a abertura

da empresa através da evidenciação da informação, tendo como foco a transparência corporativa diante do público e dos investidores.

Lima *et al.* (2012, p. 224) deixam claro que “evidenciar nada mais é do que explicar de forma clara as informações contábeis para facilitar o entendimento pelos usuários”. Assim, pode-se caracterizar como formas de evidenciação contábil pelas entidades: demonstrações contábeis, notas explicativas, relatório dos auditores independentes e relatórios emitidos pelos administradores.

Conforme Avelino *et al.* (2012), a evidenciação está associada ao termo transparência, uma vez que as entidades precisam divulgar suas informações para que os usuários externos tenham maior conhecimento a respeito da posição da empresa e que a mesma opera dentro dos limites impostos pela legislação, tendo assim uma menor chance de causar algum tipo de irregularidade ou fraude. Nesse sentido, Murcia (2009, p. 15) complementa afirmando que “o conceito de transparência está relacionado com a disseminação de informação via canais, como as demonstrações financeiras ou ainda por intermédio da mídia, dos *sites*, dos jornais, das revistas etc.”. Para o autor, a evidenciação está associada às informações acerca da situação econômico-financeira da empresa.

Percebe-se que o *disclosure* está relacionado diretamente às características qualitativas da informação contábil, como a comparabilidade das informações divulgadas, sua credibilidade e compreensibilidade (Medeiros & Quinteiro, 2005). Assim, pode-se interpretar que quanto maior o nível de divulgação, menor será a assimetria de informação entre gestores e acionistas (Rodrigues, Silva, & Dueñas, 2013; Chiarello *et al.*, 2015). Nessa perspectiva, Macagnan (2009 p. 47) destaca que “a evidenciação da informação seria constituída como uma das condições para a redução da assimetria de informação, permitindo uma valorização mais ajustada aos interesses do gestor e do investidor”.

Para Mazzioni *et al.* (2014), a evidenciação de ativos intangíveis é um componente primordial para uma empresa, pois levando em consideração o aumento desses ativos na composição patrimonial das entidades, desperta o interesse na investigação a respeito de tais informações. Os autores ainda compreendem que o subgrupo dos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras está cada vez mais evidenciado, mostrando uma evolução favorável no âmbito contábil.

No que tange à obrigatoriedade da divulgação de informações dos ativos intangíveis, a mesma pode ocorrer de forma compulsória ou voluntária (Klann *et al.*, 2014). É enfatizado por Boff (2007, p. 38), que a evidenciação compulsória “representa as informações requeridas legalmente pelos órgãos de regulamentação e pelos órgãos de classe”. Nesse sentido, deve proporcionar aos *stakeholders* um grau informacional mínimo das demonstrações contábeis. De acordo com o autor supracitado, a evidenciação voluntária refere-se a não cumprir nenhuma obrigatoriedade legal de divulgar algum tipo de informação sobre os ativos intangíveis, que esse ato está relacionado com o cumprimento ético e moral das entidades.

Kang e Gray (2011) destacam que as informações de divulgação voluntária devem ser úteis e relevantes aos seus *stakeholders*, onde deve mostrar qualidade e transparência. Conforme Chiarello *et al.* (2015), a evidenciação voluntária estava associada a fornecer informações sobre ativos intangíveis antes da aprovação do CPC 04.

Com o CPC 04 (R1) (2010), foi estabelecida a evidenciação de informações pertinentes, referente aos ativos intangíveis. A entidade deve divulgar informações sobre a vida útil do intangível, seja ele definida ou indefinida, bem como os prazos e taxas de amortização utilizadas para os ativos intangíveis com vida útil definida. O pronunciamento ainda aborda que deve ser divulgado o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada, como também a conciliação do valor contábil, no qual deve ocorrer tanto no início como no final do período. A

entidade também deverá divulgar os fatos relacionados com pesquisa e desenvolvimento, os quais deverão ser reconhecidos como despesa no período.

## 2.4 Mapeamento Teórico e Formulação das Hipóteses

### 2.4.1 Tamanho da Empresa

Na literatura explorada tem-se encontrado uma associação entre o tamanho das empresas e o nível de divulgação de ativos intangíveis (Lopes & Rodrigues, 2007; Macagnan, 2009; Avelino *et al.*, 2012; Nekhili, Boubaker, & Lakhali, 2012; Klann *et al.*, 2014; Santos, Ponte, & Mapurunga, 2014; Chiarello *et al.*, 2015).

Quanto maior o tamanho da empresa maior será a necessidade de evidenciação de informação para as partes interessadas (Avelino *et al.*, 2012). Nesse aspecto, a teoria da agência enfatiza que as empresas que têm maiores tamanhos podem estar relacionadas a maiores conflitos entre investidores e gestores, no qual implica na existência de maiores custos e conseqüentemente as empresas terão que evidenciar mais informações (Macagnan, 2009). Conforme os estudos de Klann *et al.* (2014) e de Santos *et al.* (2014), a ligação entre o tamanho e o nível de divulgação das empresas pode ser verificada pelos altos custos políticos, tendo assim uma tendência maior nos níveis de divulgação, tendo em vista que estes melhoram a confiança dos investidores. Assim, formulou-se a primeira hipótese do estudo:

**H1** - Há uma relação positiva entre o tamanho da empresa e o nível de divulgação de seus ativos intangíveis.

### 2.4.2 Tipo de Auditor

Street e Gray (2002) afirmam que a auditoria tem uma de suas características que é reduzir custos e aumentar a confiança das informações. Na visão de Palmer (2008) e Rover *et al.* (2012), empresas auditadas por *Big Four* são encorajadas a divulgar mais informações do que as empresas auditadas por outras firmas de auditoria. Neste sentido, as empresas de auditoria pertencente a *Big Four*: Deloitte, PriceWaterhouseCoopers, Ernest&Young e a KPMG, tendem a não auditar empresas com um nível baixo de evidenciação (Ahmad, Hassan, & Mohammad, 2003; Santos *et al.*, 2014). Dessa forma, estabeleceu-se a segunda hipótese de pesquisa:

**H2** – Há uma relação positiva das empresas auditadas pela *Big Four* e o nível de divulgação de seus ativos intangíveis.

### 2.4.3 Rentabilidade

As empresas são motivadas a divulgar sua rentabilidade no mercado para que seja possível distinguirem das outras aparentemente sem boa lucratividade e conseqüentemente aumentar sua valorização, como também a confiança dos investidores e o reconhecimento por parte dos gestores (Rover *et al.*, 2012; Santos *et al.*, 2014). Existem evidências empíricas que relatam que quanto maior for a rentabilidade da empresa, maior será a divulgação de informações (Debreceeny & Rahman, 2005; Macagnan, 2009; Rodrigues *et al.*, 2013). Assim, foi formulada a terceira hipótese:

**H3** – Há uma relação positiva entre a rentabilidade da empresa e o nível de divulgação de seus ativos intangíveis.

#### 2.4.4 Endividamento

A teoria da agência pode ser utilizada para explicar a relação entre o endividamento e a divulgação. Nesta abordagem, empresas com maior nível de endividamento tendem a divulgar mais informações, focando principalmente em satisfazer os credores e em remover suspeitas sobre transações envolvendo os acionistas (Williams, 2001; Macagnan, 2009; Kang & Gray, 2011). Entretanto, se os credores conseguirem ter acesso a essas informações por outros meios, essa relação torna-se incerta (Lopes & Rodrigues, 2007; Rover *et al.*, 2012). As entidades altamente endividadas correm altos riscos no mercado e se tornam mais propícias a diminuir a assimetria de informação entre acionistas e credores (Kang & Gray, 2011). Dessa forma, estabeleceu-se a quarta hipótese de pesquisa:

**H4** – Há uma relação positiva entre o endividamento da empresa e o nível de divulgação de seus ativos intangíveis.

#### 2.4.5 Governança Corporativa

Empresas enquadradas em padrões mais rígidos ou elevados de governança corporativa, pode apresentar maior transparência, conformidade e melhores práticas de governança comparadas a outras entidades que não possui essa rigidez (Klann *et al.*, 2014; Chiarello *et al.*, 2015). Neste sentido, estudos apontam associações significativas entre as práticas de governança corporativa das empresas e o nível de evidenciação de informações (Lanzana, 2004; Lameira; Ness Junior, & Macedo-Soares, 2007; Murcia & Wuerges, 2011). Dessa forma, a quinta hipótese do estudo foi estabelecida:

**H5** – Há uma relação positiva entre o nível de governança corporativa e o nível de divulgação de seus ativos intangíveis.

#### 2.4.6 Internacionalidade

As empresas caracterizadas por atuar em nível internacional, sofrem maior pressão por divulgação de informações precisas e tempestivas, tendo em vista que o número de acionistas é maior e os relatórios contábeis passam a ser a principal fonte de informação desses acionistas (Depoers, 2000; Rover *et al.*, 2012; Santos *et al.*, 2014). Existem evidências empíricas de que as empresas que trabalham com o mercado exterior precisam evidenciar uma maior quantidade de informações, levando em consideração também a complexidade das operações que precisam ser realizadas (Leuz & Wysocki, 2008; Macagnan, 2009; Morris & Tronnes, 2018). A esse respeito, formulou-se a sexta hipótese do estudo:

**H6** – Há uma relação positiva entre a internacionalização da empresa e o nível de divulgação de seus ativos intangíveis.

### 2.5 Estudos Anteriores

Esta subseção apresenta pesquisas anteriores que estudaram, de alguma forma, a divulgação de ativos intangíveis em empresas listadas nos mercados de capitais brasileiro e estrangeiros. A Tabela 1 apresenta de forma sintética os achados.

**Tabela 1***Achados de pesquisas anteriores*

<b>Autoria</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Principais resultados</b>
Gerpott, Thomas, & Hoffmann (2008)	Investigar a qualidade da divulgação de ativos intangíveis em uma amostra internacional de 29 operadoras de rede de telecomunicações cotadas em bolsa.	Tanto o relatório anual quanto os níveis de qualidade da divulgação <i>site</i> de empresas de telecomunicações foram relativamente baixos. As divulgações intangíveis costumavam ser limitadas a pequenos pedaços de informações qualitativas.
Chander & Mehra (2011)	Determinar a extensão da divulgação de ativos intangíveis por empresas na Índia.	Os resultados mostraram que o capital externo é a categoria de ativos intangíveis mais divulgada, com uma pontuação de divulgação de 37,90% e 35,83% nos anos de 2003 e 2007, respectivamente. Além disso, o relato de ativos intangíveis é desorganizado e assistemático. Não existe uma estrutura adequada para a divulgação de informações de ativos intangíveis nos relatórios anuais.
Avelino <i>et al.</i> (2012)	Apresentar um índice de evidência de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas no Ibovespa, observando os critérios de reconhecimento, mensuração e registro destes ativos conforme especificações do CPC 04 (R1).	Os resultados apontaram que a empresa COPEL apresentou o maior índice de evidência de ativos intangíveis (88%), no entanto, nenhuma das companhias analisadas cumpriu integralmente o que é determinado pelo CPC 04 (R1) em termos de evidência compulsória. Constatou-se que existe relação entre os índices de evidência e o tamanho da empresa. Em relação ao setor de atuação, não se verificou, na amostra analisada, que empresas inseridas em setores sensíveis tendem a apresentar maiores índices de evidência.
Rodrigues <i>et al.</i> (2013)	Analisar a divulgação da informação sobre intangíveis num período de nove anos, nomeadamente, a extensão ou o nível, bem como a sua evolução e as possíveis alterações que nela se verificaram, derivadas da adoção, em 2005, do normativo internacional para efeitos da elaboração das contas consolidadas das entidades bancárias.	Verificou-se um aumento na extensão da divulgação de intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas dos bancos no período em análise, sendo este acréscimo mais acentuado nos anos de 2005 e 2006, os primeiros anos de adoção em Portugal do normativo internacional endossado pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002, de 19 de julho, as designadas normas IASB-UE.
Klann <i>et al.</i> (2014)	Verificar os fatores que influenciam o nível de divulgação de informações sobre ativos intangíveis nas empresas listadas no Índice de Governança Corporativa (IGC) da Bm&fBovespa, no período após adoção das IFRS.	Os resultados apontam que dos fatores analisados apenas as variáveis referentes ao nível de governança corporativa, percentual de ações ordinárias e a classificação setorial das empresas possuem uma relação significativa com o nível de evidência de ativos intangíveis das listadas no IGC.
Liszbinski, Kronbauer, Macagnan, & Patias (2014)	Analisar a conformidade de um grupo de empresas brasileiras às normativas exigidas para o reconhecimento contábil de ativos intangíveis, à luz da teoria institucional.	As evidências observadas revelam uma convergência gradual da amostra estudada à nova matriz institucional relativa aos intangíveis, além de comprovar a possibilidade de utilização dos pressupostos da teoria institucional para explicar a mudança nos procedimentos contábeis aplicados ao reconhecimento desses elementos.
	Avaliar o nível de divulgação de informações relativas a ativos	Os resultados denotam que o nível de divulgação dos intangíveis por parte das empresas investigadas é

Chiarello <i>et al.</i> (2015)	intangíveis em empresas do setor Financeiro e Outros listadas na Bm&fBovespa, entre os anos 2010 e 2012.	baixo. Além disso, o tamanho da empresa é a única variável testada que explica de modo significativo a evidência dos ativos intangíveis.
Labidi & Gajewskib (2019)	Analisar como as empresas podem aumentar a liquidez do mercado de ações em torno de novas ofertas de ações, aumentando o nível de divulgação de seus ativos intangíveis.	Os achados fornecem evidências de que, ao captar recursos, os emissores podem aumentar a liquidez das ações, fornecendo aos investidores mais informações sobre os ativos intangíveis.
Almeida, Andrade, Silva, & Silva (2020)	O objetivo do artigo foi identificar o <i>disclosure</i> dos ativos intangíveis na área de TI nas empresas listadas na B3 e EURONEXT.	Os resultados da pesquisa demonstram que mesmo as empresas atuando no mesmo segmento e em consonância com as IFRS, ainda ocorrem significativas discrepâncias nas demonstrações contábeis. Verificou-se também a utilização de várias nomenclaturas para o ativo estudado, uma fragilidade no <i>disclosure</i> das empresas listadas.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Diante do exposto na Tabela 1, percebe-se uma multiplicidade de achados referente a evidência contábil de ativos intangíveis. Dessa forma, esta investigação se destaca por analisar o nível de divulgação dos ativos intangíveis das empresas listadas no mercado de capitais nacional, observando variáveis quantitativas e qualitativas.

### 3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como descritiva quanto ao objetivo. De acordo com Köche (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal avaliar as relações entre as variáveis de um dado fenômeno à medida que estas se manifestam em relação aos fatos e situações abordadas. Assim, o pesquisador descreve os fatos considerados sem manipulação das variáveis. No estudo são descritas as características financeiras e de governança das empresas e como estas têm evidenciado seus ativos intangíveis.

Concernente ao problema de pesquisa e natureza dos dados utiliza-se a abordagem quantitativa. Segundo Creswell (2010), a pesquisa quantitativa está ligada diretamente com a utilização da estatística, uma vez que os resultados são expressos em números e o objeto de estudo pode ser quantificado. A pesquisa faz uso de regressão linear múltipla, com auxílio do *software* SPSS versão 25.

No tocante à instrumentalização para obtenção dos dados, o estudo é documental. Foram capturados dados qualitativos a partir das demonstrações contábeis, notas explicativas e dos relatórios de administração das empresas, disponíveis no sítio da Brasil, Bolsa e Balcão [B]<sup>3</sup> e *sites* das empresas. Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa documental é baseada em materiais que ainda não tiveram tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados conforme o desenvolver da pesquisa, e que pode ser destacada para organizar informações dispersas, dando-se uma nova essência para a fonte consultada.

A pesquisa também é classificada como aplicada. O ambiente de aplicação é o mercado de capitais brasileiro, cuja população do estudo é determinada pela composição das empresas listadas no mercado de ações, a [B]<sup>3</sup>. Por sua vez, a amostra é composta pelas empresas do IBrX-50, que é um indicador do desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.

A seleção do IBrX-50 foi realizada com os ativos listados em 20 de maio de 2021. De posse dessa listagem, foram excluídas 09 ações referentes as empresas financeiras, por estas

apresentarem características diferenciadas das demais e serem um nicho econômico peculiar. A empresa Petrobrás apresenta duas ações no índice (PETR3 e PTR4), dessa forma, sendo unificado esses dois ativos a uma única empresa. Assim, a amostra do estudo foi composta por 40 empresas, totalizando 200 observações.

A variável de interesse no estudo (variável dependente) é o Índice de Divulgação das informações dos Ativos Intangíveis (*IDAI*) das empresas em análise. A mensuração do índice foi calculada por meio da técnica de análise de conteúdo feita nas demonstrações contábeis e notas explicativas referentes aos exercícios financeiros de 2016 a 2020.

Para coletar os dados do *IDAI* foi realizada uma categorização que tomou como base as exigências do CPC 04 (R1) (itens 118 a 128), que diz respeito as instruções sobre o que as empresas devem evidenciar. Dessa forma, criou-se um *checklist* (Quadro 02) para apontar se o item do referido instrumento foi evidenciado ou não pela empresa. A métrica do *IDAI* é apresentada pelo nível de divulgação de cada empresa, representado pela Equação 1:

$$IDAI = \sum di/m \quad (1)$$

em que *di* é uma *dummy*, que assume 1 (se a empresa divulgou o item); 0 (caso contrário). Dessa forma, *di* varia entre 0 e 1; *m* = número máximo de itens que a empresa divulga (*m* = 19).

**Tabela 2**

*Checklist dos itens a serem evidenciados pelas empresas*

Caracterização	Item	Descrição dos itens divulgados
Vida útil	01	Divulgação de classificação da vida útil dos ativos intangíveis, se definida ou indefinida.
	02	Se a vida útil é definida divulgar os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas e os métodos de amortização.
	03	Divulgar os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil indefinida do ativo.
	04	Se a vida útil é indefinida, divulgar o valor contábil e os motivos que fundamentem essa avaliação.
Tratamento contábil	05	Divulgar informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01.
	06	Divulgar quando houver mudança de estimativa, sua natureza e o valor das variações nas estimativas contábeis com impacto relevante no período corrente ou em períodos subsequentes.
	07	Divulgar como despesas os gastos com pesquisa e desenvolvimento.
	08	Divulgar outras alterações no valor contábil durante o período.
	09	Divulgar o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período.
	10	A rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída.
	11	Divulgar a conciliação do valor contábil no início e no final do período.
	12	Informações sobre adições, baixas e transferências.
	13	Divulgar uma descrição, o valor contábil e o prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual.
	14	Divulgar em relação a ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo.
	15	Divulgar a existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações.

16	Divulgar Ativo intangível mensurado após o reconhecimento utilizando o método de reavaliação.
17	Divulgar os ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda.
18	Divulgar qualquer amortização reconhecida no período.
19	Divulgar as variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade.

Fonte: Adaptado do CPC 04 (R1) e de Klann et al., 2014.

As variáveis independentes do estudo foram elaboradas em conformidade com a literatura e utilizadas no estudo como fatores explicativos do nível de divulgação, a saber: a dimensionalidade ou tamanho da empresa, o tipo de auditoria, a rentabilidade, o endividamento, o nível de governança corporativa e a internacionalização, cujas métricas são expostas na Tabela 3.

**Tabela 3**

*Descrição das variáveis independentes*

Variável	Descrição	Mensuração	Base de dados	Sinal esperado das hipóteses
Tamanho da empresa (TAM)	Porte da firma	Mensurado por meio do logaritmo natural do Ativo Total	Economática®	+
Auditoria (BIG4)	Classificar empresas que são auditadas por <i>Big Four</i>	<i>Dummy</i> : “1” se a empresa é auditada por <i>Big Four</i> ; “0” (zero), caso contrário	Site da [B] <sup>3</sup>	+
Rentabilidade (REN)	<i>Rentabilidade do ativo da empresa</i>	<i>Relação entre o Lucro Líquido e o Ativo Total (ROA)</i>	Economática®	+
Endividamento (END)	Peso dos capitais de terceiros na empresa	Relação entre o Passivo Total e o Ativo Total	Economática®	+
Nível de Governança Corporativa (NGC)	Classificar empresas nos níveis de governança corporativa	<i>Dummy</i> : “1” se a empresa é dos níveis 1, 2 ou novo mercado (governança); “0” se for do nível tradicional	Site da [B] <sup>3</sup>	+
Internacionalidade (INT)	Relação com o mercado externo	<i>Dummy</i> : “1” caso a empresa tenha realizado operação de exportação para cada ano, conforme dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; “0” caso contrário	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	+

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para executar a modelagem e extrair os resultados da investigação utilizou-se da regressão linear múltipla. A análise regressão define um conjunto vasto de técnicas estatísticas usadas para modelar relações entre variáveis e prever o valor de uma ou mais variáveis dependentes (no estudo o *IDAI*) a partir de um conjunto de variáveis independentes (ou preditoras) (Gujarati & Porter, 2011). O modelo de regressão do estudo é apontado na Equação 2:

$$IDAI_{it} = \beta_0 + \beta_1 TAM_{it} + \beta_2 BIG4_{it} + \beta_3 REN_{it} + \beta_4 END_{it} + \beta_5 NGC_{it} + \beta_6 INT_{it} + \mu_{it} \quad (2)$$

em que:  $IDAI_{it}$  = o índice de divulgação dos ativos intangíveis da empresa  $i$  no ano  $t$ ;  $\beta_0$  = constante do modelo de regressão;  $\mu_{it}$  = termo de erro estocástico do modelo;  $\beta_1$  a  $\beta_6$  são as variáveis que irão explicar o nível de divulgação dos ativos intangíveis das empresas.

#### 4 Resultados e Discussões

Inicialmente, para a análise dos dados, apresentam-se os resultados da estatística descritiva das variáveis quantitativas utilizadas no estudo, conforme é apresentado na Tabela 4.

**Tabela 4**

*Estatística descritiva das variáveis*

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio padrão
IDAI	0,053	0,789	0,574	0,579	0,142
TAM	13,895	20,711	17,086	17,090	1,189
REN	-0,686	0,248	0,038	0,038	0,080
END	-0,074	0,980	0,638	0,669	0,174

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Pelos resultados exibidos, percebe-se que as médias e medianas estão próximas, onde pode indicar uma possível distribuição simétrica. A média da variável dependente (IDAI) está acima de 50%, ou seja, as empresas da amostra apresentam, em média, um índice de divulgação de ativos intangíveis de 57,4%. Analisando os valores mínimos e máximos, nota-se que o IDAI apresentou 5,3% como valor mínimo e 78,9% como valor máximo. A empresa que teve menor índice de divulgação foi a BR Malls, enquanto as empresas Eletrobras e Marfrig apresentaram o maior índice de divulgação.

A variável de estudo tamanho da empresa (TAM) foi mensurada pelo logaritmo natural do ativo total das empresas, tal métrica foi usado como forma de suavizar os dados, tendo em vista que os valores dos ativos das empresas são distintos por diversos motivos, como por exemplo, atividade econômica, localização e mercado. No entanto, a variável TAM apresentou uma média de 17,086, valor máximo de 20,711 representado pela empresa Petrobras no ano de 2020, e valor mínimo de 13,895 com a empresa PetroRio no ano de 2016.

A variável rentabilidade (REN) varia entre o mínimo de 68,6% negativos e o máximo de 24,8% positivos, sendo em média 3,8%. Estes resultados derivam de na amostra existirem sete empresas que apresentam lucros líquidos negativos. A empresa que apresentou maior valor de rentabilidade foi a Hapvida no ano de 2017.

No que diz respeito ao endividamento (END), a média é de 63,8%, onde as empresas apresentaram resultados de endividamento no qual varia entre o valor mínimo de 7,4% negativos e 98% positivos, podendo perceber uma grande discrepância entre os valores. Tal discrepância pode ser entendida pelo fato de a amostra conter duas empresas com capitais próprios negativos nos anos de 2016 a 2020.

Verifica-se também que o desvio padrão das variáveis, por sua vez, representa a variação dos valores em relação à média. Dessa forma percebe-se que os maiores valores de dispersão ocorreram nas variáveis que remetem ao IDAI com 14,2% e ao endividamento com 17,4%.

Antes de apresentar os resultados da regressão, é necessário atender a quatro pressupostos para que os resultados sejam confiáveis, sendo eles: aleatoriedade, normalidade, homoscedasticidade e multicolinearidade dos dados (Gujarati & Porter, 2011).

O pressuposto da aleatoriedade foi analisado por meio do teste *Durbin-Watson* (DW), que segundo Field (2009) o teste DW testa a correlação entre os erros, mais especificamente, testa se os resíduos adjacentes são correlacionados. Mediante esse teste, verificou-se que há ausência de autocorrelação dos resíduos, pois o valor encontrado de 0,352 é inferior a 2, conforme preconiza Field (2009).

O pressuposto da normalidade foi testado utilizando a metodologia de cálculo *Kolmogorov-Smirnov* (K-W) que, conforme Field (2009), o teste compara distribuição de frequência da amostra com uma distribuição normal. Perante a análise desse teste K-W, pode-se verificar que os dados estão distribuídos de forma normal.

Outro pressuposto analisado foi o da homoscedasticidade, por meio do teste de *Levene*, que infere se os dados são homogêneos em sua distribuição. Dessa forma, esse pressuposto foi alcançado, pois o teste de *Levene* não foi significativo, ou seja, a significância foi maior do que 0,05, que conforme Field (2009), deve-se aceitar a hipótese de que a diferença entre as variâncias é igual a zero. A multicolinearidade, por sua vez, foi provada pelos testes *Tolerance* e VIF (Fator de Inflação da Variância) e considerada aceitável, conforme apresentado na Tabela 5.

**Tabela 5**  
*Estatísticas de colinearidade*

	<i>Tolerance</i>	VIF
TAM	0,873	1,145
BIG4	0,976	1,025
REN	0,940	1,064
END	0,891	1,122
NGC	0,931	1,075
INT	0,975	1,026

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Pelo teste *Tolerance* verifica-se que os valores permaneceram entre 1 e 0,10. E pelo teste VIF, verificou-se que os valores permaneceram no intervalo de 1 até 10, intervalos considerados aceitáveis. Sendo assim, os dados são confiáveis para o cálculo da regressão linear múltipla (Field, 2009).

A Tabela 6 apresenta, na correlação de *Pearson*, a correlação entre as variáveis abordadas no estudo. Verifica-se que a correlação não precisa ter necessariamente uma relação de causa e efeito, mas uma associação entre as variáveis.

**Tabela 6**  
*Correlação das variáveis*

	IDAI	TAM	BIG4	REN	END	NGC	INT
IDAI	1,000	0,194***	-0,151**	0,085	0,123	-0,050	-0,077
TAM		1,000	0,068	-0,123	0,234***	-0,188***	0,014
BIG4			1,000	-0,057	-0,108	-0,065	-0,021
REN				1,000	0,107	-0,118	-0,020
END					1,000	0,014	0,135
NGC						1,000	0,081
INT							1,000

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Nota: (\*\*\*) A correlação é significativa no nível de 0,01; (\*\*) A correlação é significativa no nível de 0,05.

Observa-se na Tabela 6 que a variável Tamanho (TAM) com 19,4% e a Auditoria *big four* (BIG4) com 15,1% negativos, possuem correlação significativa com a divulgação do intangível. No entanto, nota-se que a variável TAM foi a que apresentou maior coeficiente de correlação com o IDAI.

A variável TAM também está correlacionada significativamente com as variáveis endividamento (END) com 23,4% e Nível de Governança Corporativa (NGC) com 18,8% negativos. Já as variáveis rentabilidade (REN) e internacionalidade (INT) não estão correlacionadas significativamente com nenhuma outra variável do estudo.

Após a realização dos testes dos pressupostos e da análise da correlação de *Pearson*, busca-se por meio da regressão linear múltipla, verificar se as variáveis independentes definidas no estudo explicam a evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas analisadas. A Tabela 7 apresenta o resultado do modelo da regressão linear múltipla.

**Tabela 7**

*Resultados da regressão*

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	p-valor
Constante ( $\beta_0$ )	0,208	0,164	1,273	0,205
TAM ( $\beta_1$ )	0,024	0,009	2,744	0,007***
BIG4 ( $\beta_2$ )	-0,083	0,037	-2,219	0,028**
REN ( $\beta_3$ )	0,164	0,126	1,295	0,197
END ( $\beta_4$ )	0,050	0,060	0,840	0,402
NGC ( $\beta_5$ )	-0,003	0,046	-0,073	0,942
INT ( $\beta_6$ )	-0,040	0,032	-1,283	0,201

R<sup>2</sup> = 0,085  
 Estatística F = 2,993  
 P-valor = 0,008

**Fonte:** *Dados da pesquisa (2021).*

Nota: (\*\*\*) significativo no nível de 0,01; (\*\*) significativo no nível de 0,05.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 7, percebe-se que a relação das variáveis com o nível de divulgação de ativos intangíveis é baixa, pois o valor do R<sup>2</sup> foi de 0,085, o que significa que as variáveis independentes são responsáveis por apenas 8,5% da variação na divulgação dos intangíveis. Analisando as variáveis descritas no trabalho de Klann *et al.* (2014), percebe-se que elas são responsáveis por 9,7% da variação na divulgação dos ativos intangíveis, onde pode-se considerar um valor próximo entre os estudos.

Conforme os resultados apresentados pela análise de variância, por meio do teste Estatística F que resultou em 2,993, pode-se afirmar que, de forma geral, o modelo é significativo para explicar o *disclosure* dos ativos intangíveis pelas empresas. A significância do modelo é próxima quando comparando com o modelo de Kang e Gray (2011) que apresentou uma estatística F de 2,144.

Quanto as variáveis independentes, os resultados mostram que as únicas que apresentaram relação estatisticamente significativa com o índice de divulgação dos ativos intangíveis (IDAI) foram o tamanho (TAM), ao nível de 1% e a auditoria *big four* (BIG4), ao nível de 5%. Assim, indicando que no conjunto total das empresas, aquelas com maior ativo total e que são auditadas pelo grupo *big four*, apresentam maiores índices de divulgação dos ativos intangíveis. Portanto, as hipóteses H1 e H2 formuladas no estudo não foram rejeitadas.

Referente as demais variáveis como rentabilidade (REN), endividamento (END), nível de governança corporativa (NGC) e internacionalidade (INT), não apresentaram estatisticamente significativas em relação a variável dependente IDAI, desse modo as hipóteses

H3, H4, H5 e H6 formuladas no estudo foram rejeitadas. O trabalho de Chiarello *et al.* (2015) corrobora com esses resultados ao apresentar no seu estudo as variáveis REN e NGC sem significância estatísticas em relação a divulgação de intangíveis, como também os trabalhos de Klann *et al.* (2014) e Mazzioni *et al.* (2014) contribuem no mesmo sentido referente a variável NGC abordada nos seus estudos.

## 5 Considerações Finais

O estudo teve como objetivo identificar fatores financeiros e de governança que podem influenciar o nível de divulgação dos ativos intangíveis das empresas listadas no IBrX-50. Para atender o objetivo efetuou-se regressão linear múltipla, onde foi testada a influência das variáveis independentes tamanho (TAM), auditoria *big four* (BIG4), rentabilidade (REN), endividamento (END), nível de governança corporativa (NGC) e internacionalidade (INT) sobre a variável dependente que é o índice de divulgação de ativos intangíveis (IDAI).

A partir dos resultados, pode inferir que o nível de divulgação dos ativos intangíveis das empresas investigadas é considerado médio, uma vez que, a média desse índice foi superior com uma pouca porcentagem e, que ainda tem empresas com índice de divulgação abaixo de um quarto do que é exigido pela normatização. Depreende-se, dessa forma, que ainda há um caminho longo a ser percorrido pelas entidades analisadas na busca de um maior nível de divulgação de seus intangíveis.

Quanto às variáveis determinantes para essa divulgação, identificou-se que o tamanho da empresa e auditoria *big four* possuem uma relação significativa com o índice de divulgação de ativos intangíveis das empresas investigadas, permitindo que as hipóteses H1 e H2 não fossem rejeitadas. Assim, empresas maiores e quando auditadas pelo grupo *big four* podem apresentar mais incentivos para um *disclosure* mais amplo dos ativos intangíveis. Por outro lado, as hipóteses H3, H4, H5 e H6 foram rejeitadas, pois não se confirmou relação positiva da divulgação de informações sobre ativos intangíveis com a rentabilidade, endividamento, nível de governança corporativa e internacionalidade. No entanto, os resultados podem servir como base para alertar as empresas investigadas.

A principal contribuição do estudo reside em atenuar como as empresas com maior negociabilidade no mercado brasileiro têm evidenciado seus ativos intangíveis e como os fatores externos podem influenciar no processo de divulgação. Desse modo, os achados da pesquisa são úteis para investidores e outros participantes do mercado, tendo em vista permitir que esses agentes compreendam melhor os atributos financeiros e de governança das companhias que implicam direto ou indiretamente na quantidade e qualidade das informações divulgadas de seus ativos intangíveis, bem como no potencial que estes podem gerar valor, e decorrente disso, possam realizar julgamentos e tomar decisões.

Sobre as limitações, tem-se que os achados desta pesquisa ficam restritos à amostra pesquisada, impossibilitando fazer generalizações. Outra limitação da pesquisa diz respeito aos itens de divulgação dos intangíveis que foram definidos com base no CPC 04 (R1), podendo ser analisados também pela evidenciação de informações de forma voluntária.

Sugere-se para pesquisas futuras, investigar todas as empresas listadas na B3, a fim de se obter uma maior quantidade de observações e dar ao estudo um caráter mais amplo. Recomenda-se ainda incluir novas variáveis que possam influenciar no nível de divulgação dos ativos intangíveis.

## Referências

- Ahmad, Z., Hassan, S., & Mohammad, J. (2003). Determinants of environmental reporting in Malaysia. *International Journal of Business Studies*, 11(1), 69-90.
- Alipour, M. (2012). The effect of intellectual capital on firm performance: an investigation of Iran insurance companies. *Measuring Business Excellence*, 16(1), 53-66.
- Almeida, M. S., Andrade, D. S., Silva, E. G., & Silva, R. P. A. (2020). disclosure dos ativos intangíveis na área de tecnologia da informação nas empresas listadas na BM&FBOVESPA E Euronext. *Qualitas Revista Eletrônica*, 21(1), 86-104.  
<http://dx.doi.org/10.18391/req.v21i1.5619>.
- Antunes, M. T. P. (2004). *A influência dos investimentos em capital intelectual no desempenho das empresas: um estudo baseado no entendimento de gestores de grandes empresas brasileiras*. Tese de doutorado em Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Avelino, B. C., Pinheiro, L. E. T., & Lamounier, W. M. (2012). Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 22-45. <https://doi.org/10.11606/rco.v6i14.45399>.
- Boff, M. L. (2007). *Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidenciação ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares*. Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau. Recuperado de [https://bu.furb.br/docs/DS/2007/325462\\_1\\_1.pdf](https://bu.furb.br/docs/DS/2007/325462_1_1.pdf).
- Cabrita, M. D. R., & Bontis, N. (2008). Intellectual capital and business performance in the Portuguese banking industry. *International Journal of Technology Management*, 43(1-3), 212-237.
- Chander, S., & Mehra, V. (2011). A study on intangible assets disclosure: an evidence from Indian companies. *Intangible Capital*, 7(1), 1-30.
- Chiarello, T. C., Marassi, R. B., & Klann, R. C. (2015). Divulgação de ativos intangíveis: um estudo em organizações do setor financeiro e outros da BM&FBOVESPA. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 14(1), 197-224.  
<https://doi.org/10.18593/race.v14i1.4619>.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2019) *CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro*.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2010). *CPC 04 (R1) - Ativo intangível*.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. (3 ed). Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed.

Cunha, A. G., Souza, A. A., Santana, L. F., Magalhães, V. G., Pelegrini, V. S., & Malaquias, R. F. (2011). Evidenciação de ativos intangíveis: um estudo com empresas brasileiras. *Revista Mineira de Contabilidade*, 3(43), 21-29.

Debreceny, R., & Rahman, A. (2005). Firm-specific determinants of continuous corporate disclosures. *The International Journal of Accounting*, 40(3), 249-278.

<https://doi.org/10.1016/j.intacc.2005.06.002>.

Depoers, F. (2000). A cost benefit study of voluntary disclosure: some empirical evidence from French listed companies. *European Accounting Review*, 9(2), 245-263.

<https://doi.org/10.1080/09638180050129891>.

Dye, R. A. (2001). An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 181-235.

[https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00024-6](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00024-6).

Faria, A. C., & Pereira, R. S. (2009). Disclosure de informações socioambientais pelas maiores empresas do segmento químico e petroquímico no Brasil, a partir da NBC T-15. In: *Anais do Enanpad*, São Paulo/SP, Brasil.

Field, A. (2009). *Descobrimdo a estatística usando o SPSS*. (2 ed). Trad. Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed.

Gerpott, T. J., Thomas, S. E., & Hoffmann, A. P. (2008). Intangible asset disclosure in the telecommunications industry. *Journal of Intellectual Capital*, 9(1), 37-61.

<https://doi.org/10.1108/14691930810845795>.

Goulart, A. M. C. (2003). *Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de

<https://pdfs.semanticscholar.org/80a1/cf92433abde442652b46fb606416dc7df439.pdf>.

Gujarati, D. N., Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica*. (5 ed). Trad. Denise Durante. Porto Alegre: Bookman.

International Accounting Standards Board (IASB). (2004). *International Accounting Standard n° 38 – Intangible Assets*. London.

Kang, H. H., & Gray, S. J. (2011). Reporting intangible assets: voluntary disclosure practices of top emerging market companies. *The International Journal of Accounting*, 46(4), 402-423.

<https://doi.org/10.1016/j.intacc.2011.09.007>.

Kaufmann, L., & Schneider, Y. (2004). Intangibles: a synthesis of current research. *Journal of Intellectual Capital*, 5(3), 366-388. <https://doi.org/10.1108/14691930410550354>.

Kayo, E. K. (2002). *A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas*. Tese de doutorado em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São

Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-05032003-194338/publico/teseeduardokayo.pdf>.

Klann, R. C., Popik, F., Kreuzberg, F., & Salla, N. G. (2014). Fatores relacionados ao nível de divulgação de ativos intangíveis após a adoção das IFRS por empresas do IGC da BM&FBOVESPA. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 13(38), 37-51. <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v13n38p37-51>.

Köche, J. C. (2002). *Fundamentos de metodologia científica*. Petrópolis: Vozes.

Labidi, M., & Gajewski, J. F. (2019). Does increased disclosure of intangible assets enhance liquidity around new equity offerings?. *Research in International Business and Finance*, 48, 426-437. <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2019.01.009>.

Lameira, V. J., & Ness Junior, W. L., & Macedo-Soares, T. D. L. A. (2007). Governança corporativa: impactos no valor das companhias abertas brasileiras. *Revista de Administração - RAUSP*, 42(1), 64-73.

Lanzana, A. P. (2004). *Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras*. Dissertação de mestrado em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11022005-094807/publico/DissertacaoAnaPaulaLanzana.pdf>.

Leuz, C., & Wysocki, P. D. (2008). Economic consequences of financial reporting and disclosure regulation: a review and suggestions for future research. *Available at SSRN 1105398*. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1105398>.

Lima, A., Rigo, V. P., & Pasqual, D. L. (2012). A evidenciação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis: uma análise nas dez maiores empresas listadas na BM&FBovespa. *Unoesc & Ciência – ACSA*, 3(2), 221-232.

Liszbinski, B. B., Kronbauer, C. A., Macagnan, C. B., & Patias, T. Z. (2014). Conformidade no reconhecimento de ativos intangíveis: um estudo na perspectiva da teoria institucional. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(24), 85-105. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2014v11n24p85>.

Lopes, L. C., Alves, N. M., Silva Filho, L. L., Monteiro, J. A. M., Lagioia, U. C. T., & Cordeiro, P. C. (2014). Evidenciação das informações dos ativos intangíveis: um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens industriais listadas na bolsa de valores do Brasil ao CPC 04. *Qualitas Revista Eletrônica*, 15(1). <http://dx.doi.org/10.18391/qualitas.v15i1.1911>.

Lopes, P. T., & Rodrigues, L. L. (2007). Accounting for financial instruments: an analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. *The International Journal of Accounting*, 42(1), 25-56. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2006.12.002>.

- Macagnan, C. B. (2009). Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(50), 46-61. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000200004>.
- Mazzioni, S., Domenico, D., & Bedin, H. N. (2014). Evidenciação de informações dos ativos intangíveis em empresas brasileiras de capital aberto. *Revista GEINTEC – Gestão, Inovação e Tecnologias*, 4(5), 1501-1520. <https://doi.org/10.47059/geintecmagazine.v4i5.446>.
- Medeiros, O. R., & Quinteiro, L. G. D. L. (2005). Disclosure of accounting information and stock return volatility in Brazil. *Social Science Research Network*, 2005. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.835726>.
- Morris, R. D., & Tronnes, P. C. (2018). The determinants of voluntary strategy disclosure: an international comparison. *Accounting Research Journal*, 31(3), 423-441. <https://doi.org/10.1108/ARJ-10-2015-0126>.
- Moura, G. D., Fank, O. L., & Varela, P. S. (2012). Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA. *Journal of Accounting, Management and Governance*, 15(1), 17-32.
- Murcia, F. D. (2009). *Fatores determinantes no nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-16122009-121627/publico/murcia.pdf>.
- Murcia, F. D. R., & Wuerges, A. (2011). Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações versus gerenciamento de resultados. *Revista Universo Contábil*, 7(2), 28-44. <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20117>.
- Nekhili, M., Boubaker, S., & Lakhali, F. (2012). Ownership structure, voluntary R&D disclosure and market value of firms: the French case. *International Journal of Business*, 17(2), 126-140.
- Palmer, P. D. (2008). Disclosure of the impacts of adopting Australian equivalents of International Financial Reporting Standards. *Accounting & finance*, 48(5), 847-870. <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2008.00262.x>.
- Perez, M. M., & Famá, R. (2006). Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. *Revista Contabilidade & Finanças*, 17, 7-24. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772006000100002>.
- Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (2 ed). Novo Hamburgo: Feevale.
- Rodrigues, A. M. G., Silva, M. D. L. R. D., & Dueñas, M. D. P. M. (2013). Divulgação de informação sobre os ativos intangíveis: evidência empírica nos bancos em Portugal no período 2001-2009. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 8(2), 127-144.

Rover, S., Tomazzia, E. C., Murcia, F. D. R., & Borba, J. A. (2012). Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, 47(2), 217-230. <https://doi.org/10.5700/rausp1035>.

Santos, E. S., Ponte, V. M. R., & Mapurunga, P. V. R. (2014). Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(65), 161-176. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772014000200006>.

Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2005). Ensaio sobre a teoria da divulgação. *BBR - Brazilian Business Review*, 2(1), 53-70.

Souza, D., Fagundes, E., Monteiro, J. J., Rengel, R., & Constante, F. (2020). Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas de tecnologia da informação da B3. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 19(2), 317-334. <https://doi.org/10.18593/race.20861>.

Street, D. L., & Gray, S. J. (2002). Factors influencing the extent of corporate compliance with International Accounting Standards: summary of a research monograph. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 11(1), 51-76. [https://doi.org/10.1016/S1061-9518\(02\)00054-X](https://doi.org/10.1016/S1061-9518(02)00054-X).

Upton, W. S. (2001). Business and financial reporting, challenges from the new economy. In: *Financial Accounting Series (FASB)*. Special report (219-A).

Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 97-180. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8).

Williams, S. M. (2001). Is intellectual capital performance and disclosure practices related?. *Journal of Intellectual Capital*, 2(3), 192-203. <https://doi.org/10.1108/14691930110399932>